



Simulado Especial

TJ RJ

Técnico De Atividade Judiciária

Pré-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TJ-RJ**, cargo de **Técnico de Atividade Judiciária**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/Zuv8KyucYeJ8t9vj6>

01 - (A B C D E)	13 - (A B C D E)	25 - (A B C D E)	37 - (A B C D E)	49 - (A B C D E)
02 - (A B C D E)	14 - (A B C D E)	26 - (A B C D E)	38 - (A B C D E)	50 - (A B C D E)
03 - (A B C D E)	15 - (A B C D E)	27 - (A B C D E)	39 - (A B C D E)	51 - (A B C D E)
04 - (A B C D E)	16 - (A B C D E)	28 - (A B C D E)	40 - (A B C D E)	52 - (A B C D E)
05 - (A B C D E)	17 - (A B C D E)	29 - (A B C D E)	41 - (A B C D E)	53 - (A B C D E)
06 - (A B C D E)	18 - (A B C D E)	30 - (A B C D E)	42 - (A B C D E)	54 - (A B C D E)
07 - (A B C D E)	19 - (A B C D E)	31 - (A B C D E)	43 - (A B C D E)	55 - (A B C D E)
08 - (A B C D E)	20 - (A B C D E)	32 - (A B C D E)	44 - (A B C D E)	56 - (A B C D E)
09 - (A B C D E)	21 - (A B C D E)	33 - (A B C D E)	45 - (A B C D E)	57 - (A B C D E)
10 - (A B C D E)	22 - (A B C D E)	34 - (A B C D E)	46 - (A B C D E)	58 - (A B C D E)
11 - (A B C D E)	23 - (A B C D E)	35 - (A B C D E)	47 - (A B C D E)	59 - (A B C D E)
12 - (A B C D E)	24 - (A B C D E)	36 - (A B C D E)	48 - (A B C D E)	60 - (A B C D E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/NGdQ>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe*

É surpreendente o que a linguagem consegue fazer. Com poucas sílabas, ela consegue expressar um incalculável número de pensamentos, a tal ponto que, até para um pensamento pela primeira vez apreendido por um ser humano, ela encontra uma roupagem por meio da qual um outro ser humano é capaz de apreendê-lo, ainda que esse pensamento lhe seja inteiramente novo. Isso não seria possível se não pudéssemos distinguir no pensamento partes que correspondem a partes de uma sentença, de modo que a estrutura da sentença sirva como imagem da estrutura do pensamento. É verdade que falamos figuradamente quando aplicamos ao pensamento a relação todo-parte. Essa analogia, porém, é tão clara e, de modo geral, tão pertinente que dificilmente nos deixamos perturbar por suas eventuais imperfeições.

Se encaramos os pensamentos como compostos de partes simples, e se a estas correspondem, por sua vez, partes simples da sentença, então podemos compreender como é possível formar, a partir de poucas partes da sentença, uma grande variedade de sentenças, às quais, por sua vez, corresponde uma grande variedade de pensamentos. Cabe aqui perguntar como o pensamento se constrói e como suas partes são combinadas de modo que o todo se torne algo mais do que as partes isoladamente.

Gottlob Frege. Pensamentos compostos. Uma investigação lógica. Tradução: Paulo Alcoforado. In: Educação e Filosofia. v. 14, n. 27/28, p. 243-268, 2000 (com adaptações).

1. Segundo o autor, o que possibilita à linguagem expressar até mesmo pensamentos totalmente novos?

- a) O fato de que todo pensamento já existe previamente na mente humana.
- b) A analogia entre pensamento e sentença, na relação de todo e parte.

- c) A repetição de estruturas linguísticas já consagradas culturalmente.
- d) O uso de figuras de linguagem que ampliam o poder expressivo.
- e) A capacidade natural do ser humano de criar conceitos abstratos.

2. No trecho “Isso não seria possível se não pudéssemos distinguir no pensamento partes que correspondem a partes de uma sentença”, a condição para a impossibilidade está em

- a) não haver analogia entre linguagem e pensamento.
- b) não existir pensamento sem representação.
- c) não distinguir as partes do pensamento e da sentença.
- d) não existir relação entre palavra e coisa.
- e) não haver clareza na comunicação humana.

3. Quando o autor afirma “É verdade que falamos figuradamente quando aplicamos ao pensamento a relação todo-parte”, ele reconhece que

- a) a comparação entre pensamento e linguagem é apenas uma metáfora, sem validade.
- b) a metáfora pode ter imperfeições, mas é útil para compreender a relação.
- c) o pensamento é, de fato, dividido em partes objetivas como na gramática.
- d) o raciocínio figurado é superior ao raciocínio lógico.
- e) a linguagem não consegue representar o pensamento adequadamente.

4. O trecho “a estrutura da sentença sirva como imagem da estrutura do pensamento” sugere que

- a) a linguagem copia fielmente o pensamento.
- b) a relação entre pensamento e linguagem é de espelhamento funcional.
- c) a sentença cria o pensamento que depois será comunicado.
- d) o pensamento é construído a partir da gramática.
- e) não há relação entre sentença e pensamento.

5. No início do texto, a expressão “É surpreendente o que a linguagem consegue fazer” tem a função de

- a) apresentar a tese central do autor.
- b) introduzir uma metáfora poética.
- c) antecipar uma crítica negativa à linguagem.
- d) resumir a conclusão final.
- e) indicar um argumento de autoridade.

6. O uso de expressões como “é surpreendente” e “cabe aqui perguntar” revela que o texto

- a) adota uma postura subjetiva, com marcas opinativas.
- b) se mantém neutro, sem envolvimento do autor.
- c) tem caráter instrucional, voltado a ensinar regras práticas.
- d) busca apenas relatar dados objetivos sobre o pensamento.
- e) se limita a descrever conceitos sem problematizá-los.

7. Entre as frases a seguir, indique aquela que apresenta erro de pontuação no que diz respeito ao emprego da vírgula.

- a) Ao chegar ao trabalho, Maria percebeu que havia esquecido a pasta em casa.
- b) Os resultados da pesquisa, foram divulgados pela equipe técnica na última reunião.
- c) Durante o inverno rigoroso, muitos animais procuram abrigo em locais mais quentes.
- d) É preciso cuidado, sobretudo, com a forma de comunicar más notícias à equipe.
- e) Se o candidato não apresentar os documentos exigidos, não poderá assumir o cargo.

8. Assinale a alternativa em que o termo ESTRANGEIRO pertence à classe do substantivo.

- a) Os **estrangeiros** chegaram cedo ao porto, aguardando o desembarque da tripulação.

b) Ele fala com um sotaque claramente **estrangeiro**, difícil de identificar.

- c) As mercadorias **estrangeiras** foram taxadas de maneira severa pelo governo.
- d) Entre os convidados, havia uma senhora **estrangeira** muito simpática.
- e) Sempre achei estranho esse ar **estrangeiro** presente em sua fala.

9. O pleonasmo vicioso caracteriza-se pela repetição desnecessária de palavras ou ideias, gerando redundância na comunicação.

Assinale a frase em que ocorre esse vício de linguagem.

- a) Voltou a repetir os mesmos argumentos já apresentados na reunião anterior.
- b) A empresa decidiu ampliar os investimentos em pesquisa e inovação tecnológica.
- c) A cada ano, cresce a preocupação com a preservação ambiental em áreas urbanas.
- d) Ele comprou um carro usado, mas em ótimo estado de conservação.
- e) Os atletas se prepararam intensamente para a competição internacional.

10. Nas frases a seguir, há casos de inadequação no uso dos pronomes.

Assinale a opção cuja construção está correta quanto ao emprego pronominal.

- a) Esses documentos, precisamos analisá-los com bastante atenção.
- b) O segredo, ninguém contou ele para mim.
- c) As crianças, devemos proteger de qualquer perigo.
- d) O que você, você não deveria ter dito aquilo.
- e) O relatório, eles entregaram ele já revisado ontem à noite.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO*Fabiano Pereira*

11. Durante auditoria em uma secretaria estadual, verificou-se que o servidor Carlos, ocupante de cargo público efetivo, recebeu pagamentos indevidos de uma empresa privada em troca de favorecer a contratação de serviços por preço superior ao de mercado. Constatou-se ainda que o gestor Marcos, responsável pela liberação de recursos financeiros, autorizou repasse de verbas públicas sem observar os requisitos legais para a sua correta destinação.

De acordo com a Lei nº 8.429/1992 de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) A conduta de Carlos caracteriza ato de improbidade que importa em enriquecimento ilícito, sujeitando-o à perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos até 14 anos, multa civil equivalente ao acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o poder público pelo mesmo período.
- b) A conduta de Marcos configura enriquecimento ilícito, sujeitando-o à suspensão dos direitos políticos até 14 anos e perda da função pública.
- c) O recebimento de vantagem por Carlos para facilitar contratação superior ao preço de mercado caracteriza ato que causa prejuízo ao erário, sujeito a multa civil equivalente ao dano e suspensão dos direitos políticos até 12 anos.
- d) A liberação irregular de verbas públicas por Marcos caracteriza ato que atenta contra os princípios da Administração, sujeito a multa civil de até 24 vezes a remuneração percebida e proibição de contratar com o poder público por até 4 anos.
- e) O recebimento de valores indevidos por Carlos, embora ilícito, não gera improbidade administrativa, mas apenas infração disciplinar.

12. Na Prefeitura do município de Vitória Azul, o gestor Paulo permitiu que veículos e máquinas pertencentes ao patrimônio público fossem utilizados em obra particular de um empresário local, sem qualquer formalidade legal. Já a servidora Luciana, lotada na área de fiscalização, aceitou vantagem indevida para tolerar a exploração de uma atividade ilícita relacionada a contrabando na cidade.

De acordo com a Lei nº 8.429/1992 de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) O ato de Luciana não constitui improbidade, mas infração disciplinar passível apenas de sanção administrativa.
- b) A utilização dos veículos públicos em obra particular constitui ato de enriquecimento ilícito, sujeito a multa civil equivalente ao acréscimo patrimonial e suspensão dos direitos políticos até 14 anos.
- c) O recebimento de vantagem indevida por Luciana configura ato que causa prejuízo ao erário, sujeito à perda da função pública e multa civil equivalente ao dano.
- d) A conduta de Paulo caracteriza ato que atenta contra os princípios da administração, sujeitando-o a multa civil de até 24 vezes a remuneração recebida e proibição de contratar com o poder público por até 4 anos.
- e) A conduta de Paulo caracteriza ato que causa lesão ao erário, sujeitando-o à suspensão dos direitos políticos por até 12 anos, multa civil equivalente ao valor do dano e perda da função pública.

13. No município de Boa Esperança, o prefeito Rogério nomeou sua esposa para ocupar cargo em comissão na secretaria municipal de saúde, em prática de nepotismo. Por sua vez, o secretário André autorizou que uma empresa privada utilizasse bens públicos sem observância de qualquer formalidade legal, favorecendo interesses particulares.

De acordo com a Lei nº 8.429/1992 de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) A conduta de André caracteriza ato que atenta contra os princípios da Administração, sujeito à multa civil de até 24 vezes a remuneração percebida e proibição de contratar com o poder público por até 4 anos.
- b) A nomeação de cônjuge por Rogério constitui ato de enriquecimento ilícito, sujeitando-o à suspensão dos direitos políticos até 14 anos.
- c) A conduta de Rogério configura ato que atenta contra os princípios da Administração Pública, sujeitando-o a multa civil de até 24 vezes o valor da remuneração e à proibição de contratar com o poder público por até 4 anos.
- d) O ato de André constitui infração disciplinar, mas não improbidade administrativa.
- e) A nomeação praticada por Rogério configura ato que causa prejuízo ao erário, sujeito à suspensão dos direitos políticos até 12 anos e multa equivalente ao dano.

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Lilian Novakoski

14. Nos termos da Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI), assinale a alternativa correta:

- a) A deficiência retira a plena capacidade civil da pessoa, especialmente quanto ao exercício de direitos sexuais, reprodutivos e familiares.
- b) A pessoa com deficiência somente pode casar-se ou constituir união estável mediante autorização judicial.
- c) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para casar-se, exercer direitos sexuais e reprodutivos, decidir sobre o número de filhos e exercer o direito à guarda, à tutela e à curatela.
- d) A curatela das pessoas com deficiência é regra geral e abrange todos os atos da vida civil.
- e) A LBI não trata da capacidade civil, restringindo-se a normas de acessibilidade.

15. A Lei Brasileira de Inclusão prevê que a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação refere-se a:

- a) Acessibilidade
- b) Barreiras
- c) Tecnologia assistiva ou ajuda técnica
- d) Desenho Universal
- e) Mobiliário Urbano

16. Julgue as assertivas:

- I - os programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou o seu responsável goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observada a reserva de no mínimo 3% sobre as unidades habitacionais para as pessoas com deficiência.
- II - É vedada restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, exames admissional e periódico, permanência no emprego, ascensão profissional e reabilitação profissional, bem como exigência de aptidão plena.
- III - Os hotéis, pousadas e estabelecimentos similares devem ser construídos em conformidade com os princípios do desenho universal e adotar todas as medidas de acessibilidade previstas na legislação vigente. Quanto às edificações já existentes na data de publicação da Lei Brasileira de Inclusão, estas devem assegurar que 10% (dez por cento) de seus dormitórios sejam acessíveis, salvo nos casos em que haja impossibilidade técnica comprovada por laudo estrutural, em razão de riscos à edificação. Nessa hipótese, o laudo deverá ser renovado a cada 5 (cinco) anos.

Estão corretas

- a) I e II
b) II e III
c) III
d) Todas estão incorretas
e) Todas estão corretas

LEGISLAÇÃO ESPECIAL*Tiago Zanolla*

17. Segundo a Lei nº 10.633/2024, assinale a alternativa correta quanto às incumbências dos órgãos que integram a estrutura administrativa do TJ-RJ:

- a) Ao Órgão Especial compete exclusivamente a formação e o aperfeiçoamento permanente de magistrados.
- b) Ao Conselho da Magistratura compete a função administrativa recursal e ordinária, nos termos do Regimento Interno.
- c) À Escola de Mediação compete a formação e aperfeiçoamento permanente de servidores do Poder Judiciário.
- d) Ao Fundo Especial do Tribunal de Justiça compete a gestão de receitas exclusivamente da EMERJ.
- e) À Escola de Administração Judiciária compete o treinamento de mediadores e conciliadores judiciais.

18. Nos termos do Decreto nº 2.479/1979, assinale a alternativa correta:

- a) A pena de advertência deve ser sempre aplicada por escrito, ainda que em casos leves de negligência.
- b) A pena de repreensão aplica-se apenas em casos de reincidência em falta punível com advertência.
- c) A pena de suspensão pode chegar ao limite máximo de 120 dias.
- d) A pena de suspensão pode, quando conveniente ao serviço, ser convertida em multa de 50% por dia de vencimento, devendo o servidor permanecer em atividade.
- e) A destituição de função impede a aplicação de qualquer outra penalidade.

19. Nos termos do Código de Normas da CGJ/RJ, assinale a alternativa correta quanto aos atos que podem ser expedidos pelo Corregedor-Geral de Justiça:

- a) A portaria tem caráter normativo geral e abstrato, sendo utilizada para consolidar normas da Corregedoria.
- b) A convocação é o instrumento por meio do qual se convocam magistrados e servidores para atividades administrativas.
- c) O aviso é ato reservado que dá ciência aos magistrados sobre decisões judiciais sigilosas.
- d) A ordem de serviço é destinada a divulgar notícias de interesse geral a todo o Poder Judiciário.
- e) O provimento é instrumento apenas para aplicar a lei em casos concretos, sem caráter normativo.

20. Nos termos do Regimento Interno do TJRJ, compete ao Tribunal Pleno:

- a) Apenas julgar feitos administrativos internos, sem competência eleitoral ou de composição de listas.
- b) Eleger o Presidente, o Corregedor-Geral da Justiça e os Vice-Presidentes, além do Diretor da Escola da Magistratura.
- c) Nomear diretamente os juristas que integrarão o Tribunal Regional Eleitoral.
- d) Indicar os membros do Conselho Nacional de Justiça em nome do Tribunal.
- e) Designar, em definitivo, os Presidentes das Câmaras de Direito Privado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

21. Caio foi recentemente empossado servidor no TJ-RJ e lotado em uma das varas cíveis de Niterói-RJ. Considerando o expressivo volume de processos, pretende propor sugestões ao juiz titular para otimizar o fluxo, julgando feitos relativamente simples com prioridades em relação aos complexos. O juiz, então, alertou Caio da necessidade de observância – ainda que preferencial –, da ordem cronológica dos processos. Caio respondeu corretamente que poderiam ser julgados anteriormente e estão excluídos das regras citadas, processos

- a) com valor da causa de até R\$ 20.000,00.
- b) sem necessidade de instrução probatória.
- c) em que o réu for revel.
- d) em que esteja pendente julgamento de embargos de declaração.
- e) com valor da causa de até R\$ 40.000,00.

22. Caio, residente em Cabo-Frio/RJ, ajuizou ação fundada em direito real sobre bem móvel em desfavor de Tício, que possui domicílios em Duque de Caxias/RJ e Macaé/RJ. Considerando que o bem móvel encontra-se situado em Búzios/RJ, a competência para julgar o feito será

- a) de Cabo Frio/RJ.
- b) Búzios/RJ.
- c) Duque de Caxias/RJ ou Macaé.
- d) Búzios/RJ ou Cabo Frio/RJ.
- e) Macaé ou Cabo Frio/RJ.

23. Mévio ajuizou ação de indenização por danos morais em desfavor de Caio, alegando ter sido vítima de ofensas em redes sociais. No pedido, pleiteou pela condenação de Caio ao pagamento de R\$ 50.000,00 (trinta mil reais) a título de danos morais. Após a instrução, o juízo condenou Caio ao pagamento de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Considerando o caso narrado, os honorários serão fixados

- a) entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação.
- b) entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da causa.
- c) entre o mínimo de cinco e o máximo de dez por cento sobre o valor da condenação
- d) entre o mínimo de cinco e o máximo de dez por cento sobre o valor da causa.
- e) entre o mínimo de cinco e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação

24. Em determinado processo judicial, quando da prolação da decisão de saneamento, o juízo entendeu pela determinação da realização da prova pericial, mesmo autor e réu não tendo feito pedido nesse sentido e não sendo beneficiários da gratuidade de justiça. De acordo com o Código de Processo Civil, a remuneração do perito será

- a) adiantada pela parte autora.
- b) adiantada pela parte ré.
- c) adiantada pela parte autora ou pela parte ré, a critério do juízo.
- d) rateada entre as partes.
- e) custeada pelo Estado.

25. Em determinada ação de indenização por danos morais e materiais, o juízo da vara cível de Belford Roxo/RJ julgou parcialmente procedente os pedidos. O réu, inicialmente, não pretendia apresentar apelação e não o fez no prazo legal. Apesar disso, o autor apresentou a sua apelação e o réu foi intimado para apresentação de contrarrazões, pretendo, agora, apresentar recurso adesivo. De acordo com o Código de Processo Civil, o recurso adesivo,

- a) Não é cabível na apelação.
- b) Não fica subordinado ao recurso independente.
- c) Não será conhecido, se houver desistência do recurso principal.
- d) Será conhecido, ainda que o recurso principal seja considerado inadmissível.
- e) Somente será cabível em recursos especiais e extraordinários.

26. Maria foi recentemente empossada no TJ-RJ para assessorar o juízo da vara cível de Angra dos Reis/RJ, auxiliando na edição de minutas de decisões de saneamento e de sentença para ulterior aprovação do juiz. Na confecção das minutas, Maria deverá observar em relação às provas no processo civil que

- a) A parte que alegar direito estrangeiro provar-lhe-á o teor e a vigência, independentemente de determinação judicial.
- b) O juiz não poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo.
- c) O terceiro que não faça parte do processo não pode ser obrigado a exibir coisa ou documento que esteja em seu poder.
- d) O juiz aplicará as regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece e, ainda, as regras de experiência técnica, ressalvado, quanto a estas, o exame pericial.
- e) Os fatos, ainda que notórios, dependem de prova.

27. Ao analisar a petição inicial de determinado processo, o juízo da vara cível da comarca X entende que os pleitos da parte são totalmente improcedentes e pretende pôr logo fim àquele processo. Não poderá o juiz julgar liminarmente improcedente o pleito na hipótese de

- a) verificar, desde logo, a ocorrência de decadência ou de prescrição.
- b) se tratar de demandas reiteradas e comumente julgadas naquele juízo.
- c) o pedido contrariar enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.
- d) o pedido contrariar enunciado de súmula do Superior Tribunal de Justiça.
- e) o pedido contrariar acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal em julgamento de recursos repetitivos.

28. Devidamente citado em ação de reintegração de posse, Carlos alegou ser parte ilegítima e afirmou que o esbulhador, na realidade, seria Antônio. De acordo com o Código de Processo Civil, nessa situação o juiz

- a) facultará ao autor, em 15 (quinze) dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu.
- b) facultará ao autor, em 10 (dez) dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu.
- c) extinguirá o processo por ilegitimidade passiva.
- d) deve deixar a questão para ser analisada em sentença.
- e) obrigará ao autor, em 15 (quinze) dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu.

LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

29. De acordo com as Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, as equipes de processamento integrado das serventias têm atribuições específicas. Compete à equipe de digitação:

- a) a movimentação processual e a aplicação dos despachos ordinatórios.
- b) a remessa de processos e correspondências, restauração de capas e apoio logístico.
- c) os lançamentos de conclusão, preparo de atos necessários às diligências e expedição de certidões de publicação.
- d) a organização de rodízio de atendimento ao público, sob supervisão do chefe de serventia.
- e) o monitoramento e fiscalização da manutenção do sistema integrado.

30. De acordo com o art. 60 do Código de Normas da CGJ/RJ (Parte Judicial), acerca do funcionamento do Protocolo Geral das Varas – PROGER, é correto afirmar que:

- a) O PROGER pode receber petições destinadas aos Tribunais, inclusive relativas a Recurso Especial e Extraordinário, desde que acompanhadas de GRERJ quitada.
- b) O PROGER limita-se à verificação do endereçamento, da existência de anexos, se houver, e ao lançamento de firma de advogado ou estagiário.
- c) As petições dirigidas à Vara de Execuções Penais (VEP) devem ser obrigatoriamente apresentadas no PROGER do fórum central da capital.
- d) Apenas petições subscritas por advogados podem ser recebidas no PROGER, sendo vedado o recebimento de petições de peritos, leiloeiros e administradores judiciais.
- e) É vedado às partes desassistidas de advogado protocolar qualquer petição no PROGER, mesmo quando se tratar de processos em curso nos Juizados Especiais Cíveis.

31. Com base nas Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no tocante ao recolhimento das custas e à certificação pelas varas, assinale a alternativa correta.

- a) O cumprimento de sentença está sujeito à taxa judiciária de 2% do valor executado, deduzindo-se o valor pago na fase cognitiva, sem incidência sobre honorários e multas.
- b) Nas execuções de honorários advocatícios ou periciais, bem como nas de sentença penal condenatória e arbitral, a taxa judiciária será calculada sobre o valor remanescente após o abatimento do que foi pago na fase cognitiva.
- c) O prazo para pagamento das custas é de 10 (dez) dias após a notificação postal, findo o qual a serventia expedirá certidão ao DEGAR e arquivará os autos.
- d) Nas cartas de sentença eletrônicas e antigas sem cálculo, caberá à Vara de Execuções Penais apurar custas e taxa judiciária no momento do pagamento, desde que o réu não seja beneficiário da gratuidade da justiça.
- e) Constatada a ausência de recolhimento correto de custas, o serventuário deve certificá-lo e, em caso de dúvida, proceder ao cálculo por conta própria, independentemente de apreciação judicial.

32. De acordo com as Normas da Corregedoria Geral da Justiça, no que se refere às atribuições dos Núcleos de Distribuição e Citação dos Juizados Especiais Cíveis (NADAC), é correto afirmar que

- a) o NADAC pode receber petições iniciais em meio físico, acompanhadas de mídias digitais, para digitalização e distribuição aos Juizados Especiais Cíveis.
- b) compete ao NADAC digitalizar petições intercorrentes apresentadas por parte desassistida de advogado/defensor e que não possua certificado digital ICP-Brasil, inserindo-as no sistema e restituindo-as imediatamente à parte.
- c) o NADAC deve expedir a citação exclusivamente por meio eletrônico, não sendo admitida a utilização de via postal com AR ou comprovante de entrega.

d) quando houver indisponibilidade do sistema, a petição urgente deverá ser recebida fisicamente e distribuída, permanecendo em meio físico até o fim do processo.

e) o NADAC pode reter a petição física protocolada até que o juiz aprecie o mérito, devendo apenas depois digitalizá-la e devolvê-la à parte.

33. Compete ao Chefe da Central de Audiência de Custódia, segundo as Normas da CGJ/SP:

- a) cientificar o magistrado sobre eventuais irregularidades administrativas ou judiciais de que tiver ciência.
- b) decidir sobre irregularidades cartorárias, encaminhando relatório à Corregedoria apenas quando provocado.
- c) autorizar a realização de audiências de custódia em regime virtual ou remoto, em caso de indisponibilidade física de sala.
- d) elaborar parecer conclusivo sobre o mérito da prisão, submetendo-o ao juiz.
- e) requisitar diretamente servidores de outras unidades em caso de carência de pessoal.

34. Com base nas Normas da CGJ-RJ, assinale a alternativa correta sobre a intimação por via eletrônica ou de telecomunicação.

- a) As partes não possuem dever de indicar linha telefônica ou comunicar eventual alteração.
- b) Para decisões interlocutórias recorríveis e sentenças, admite-se o uso de telefone ou aplicativo de mensagens para a intimação integral da decisão.
- c) É vedada a utilização de aplicativos de mensagens para atos processuais nos Juizados Especiais Cíveis.
- d) Para decisões recorríveis e sentenças, o telefone ou aplicativo poderá ser usado apenas para convocar a parte a comparecer à secretaria do Juízo.
- e) O servidor pode substituir o despacho judicial por explicações próprias, desde que em benefício da parte.

35. Nos termos das Normas da CGJ, sobre a formação dos volumes dos autos físicos, é correto afirmar que

- a) cada volume poderá ter até 500 folhas.
- b) o limite máximo é de 200 folhas por volume, salvo decisão do juiz em caso especial.
- c) o encerramento e abertura de volume devem ser feitos em folha numerada, seguindo a sequência anterior.
- d) não há limite de folhas por volume, ficando a critério do chefe de serventia.
- e) a regra de limitação não se aplica a processos criminais.

LEGISLAÇÃO - LEI FEDERAL 12.153/2009

Ricardo Torques

36. Bárbara pretende ajuizar ação em desfavor do Estado do Rio de Janeiro, em que pedirá parcelas vencidas e parcelas vincendas no âmbito do juizado especial da fazenda pública. Para além disso, pretende requerer medida antecipatória. De acordo com a Lei 12.153/2009, assinale a alternativa correta.

- a) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.
- b) A adoção de medidas antecipatórias é incompatível com a lei 12.153/2009.
- c) Pessoa física não pode ser autora nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.
- d) Por versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de 12 (doze) parcelas vincendas e de eventuais parcelas vencidas poderá exceder o valor de 60 (sessenta) salários-mínimos.
- e) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

37. No que se refere aos atos administrativos, assinale a opção correta.

- a) A forma é requisito sempre essencial ao ato administrativo, admitindo-se a prática de atos sem observância de qualquer formalidade legal, desde que produzam efeitos concretos.
- b) A imperatividade é atributo que permite ao ato administrativo impor obrigações aos particulares independentemente de sua concordância, ainda que o ato seja praticado fora da competência legal do agente.
- c) A autoexecutoriedade significa que todo ato administrativo pode ser executado imediatamente pela Administração, sem necessidade de autorização judicial, mesmo quando a lei não o permitir.
- d) O motivo é elemento do ato administrativo e sua relação com a motivação é irrelevante, pois o ato não depende de exposição das razões fáticas e jurídicas para ser válido.
- e) A presunção de legitimidade é atributo que implica que os atos administrativos se presumem editados em conformidade com a lei, admitindo prova em contrário.

38. Em determinado município, o fiscal de obras João, ao realizar uma vistoria de rotina, interditou a residência de Maria, afirmando existir risco iminente de desabamento. Entretanto, não apresentou qualquer laudo técnico ou fundamentação que justificasse sua decisão, pois não se tratava de uma competência inerente ao seu cargo. Dias depois, uma perícia oficial realizada por engenheiros da própria prefeitura constatou que a estrutura do imóvel estava em perfeito estado e não havia risco algum para os moradores.

A conduta de João gerou transtornos para Maria, que teve de deixar sua casa sem necessidade, e demonstrou que a decisão foi tomada sem base legal e sem respaldo técnico mínimo, restringindo de forma arbitrária o direito de propriedade da cidadã.

À luz dos poderes da Administração Pública e da teoria do abuso de poder, assinale a opção correta.

- a) Configurou-se excesso de poder, pois João agiu além de sua competência legal ao interditar o imóvel sem respaldo técnico.
- b) Houve regular exercício do poder de polícia, ainda que sem laudo técnico, pois a Administração pode agir com discricionariedade absoluta.
- c) O ato praticado constitui desvio de poder, uma vez que o agente atuou para finalidade pública, ainda que sem fundamentação.
- d) A conduta de João está amparada pelo poder regulamentar, pois cabe ao fiscal editar normas gerais e abstratas que disciplinam situações de risco em obras particulares.
- e) O ato é plenamente válido, pois a supremacia do interesse público permite ao agente decidir sem qualquer justificativa.

39. Durante um concurso público realizado pelo município de Alfa, a banca examinadora decidiu alterar as regras do edital no meio da aplicação da prova, acrescentando uma nova etapa de avaliação que não havia sido prevista originalmente. Vários candidatos foram prejudicados, pois não tiveram

tempo hábil para se preparar para essa etapa inesperada.

Diante desse cenário, assinale a opção correta.

- a) A conduta respeita o princípio da eficiência, pois permite selecionar candidatos mais preparados para o exercício do cargo.
- b) A alteração do edital no decorrer do certame viola o princípio da legalidade, pois a Administração só pode agir de acordo com as regras previamente estabelecidas.
- c) A medida atende ao princípio da moralidade, já que teve como objetivo garantir uma seleção mais rigorosa de servidores.
- d) A modificação das regras durante a execução do concurso prestigia o princípio da supremacia do interesse público, que sempre deve prevalecer sobre os direitos individuais dos candidatos.
- e) A situação configura aplicação do princípio da autotutela, já que a Administração pode rever seus atos a qualquer tempo, mesmo quando essa revisão implique prejuízo direto aos administrados.

40. Sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- a) O Estado responde objetivamente em qualquer hipótese de omissão, independentemente de análise de culpa.
- b) Em caso de omissão específica, exige-se a demonstração de nexo causal entre a inércia estatal e o dano.
- c) A culpa exclusiva da vítima não interfere na responsabilização estatal, pois esta decorre do risco administrativo.
- d) O Estado não possui direito de regresso contra o agente público que, dolosa ou culposamente, tenha causado o dano.
- e) Força maior e caso fortuito não afastam a responsabilidade estatal, pois esta é sempre integral.

41. No que se refere aos serviços públicos, assinale a opção correta.

- a) Concessão e permissão possuem natureza contratual, ambas precedidas de licitação.
- b) A autorização é sempre definitiva, concedida por contrato formal, não podendo ser revogada unilateralmente.
- c) A permissão de serviço público é outorgada por lei em sentido formal e não depende de licitação.
- d) A concessão de serviço público transfere ao particular a titularidade do serviço, extinguindo a competência do Poder Público sobre ele.
- e) A autorização de serviço público exige contrato administrativo de prazo determinado.

42. O Governo Estadual criou uma entidade para prestar serviço público de saneamento, dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e patrimônio próprio. O governador nomeou servidores estatutários para essa entidade.

Nessa hipótese, assinale a opção correta.

- a) Trata-se de uma sociedade de economia mista.
- b) Trata-se de uma fundação pública de direito privado.
- c) Trata-se de uma autarquia, integrante da Administração Indireta.
- d) Trata-se de uma empresa pública, com natureza de pessoa jurídica de direito privado.
- e) Trata-se de um consórcio público.

43. No que se refere ao controle da Administração Pública, assinale a opção correta.

- a) O controle judicial alcança tanto a legalidade quanto o mérito administrativo, podendo o Judiciário substituir a Administração no juízo de conveniência.
- b) O controle interno é exercido exclusivamente pelo Poder Legislativo.

c) O controle por vinculação é aquele realizado entre a Administração Direta e a Indireta, limitando-se ao aspecto da legalidade e da finalidade.

d) O controle posterior ocorre antes da prática do ato administrativo, funcionando como medida preventiva para impedir ilegalidades.

e) O pedido de reconsideração é instrumento de controle legislativo.

44. Em relação à Lei de Processo Administrativo Federal n.º 9.784/1999, assinale a alternativa **incorreta**.

a) O requerimento inicial do interessado, salvo casos em que for admitida solicitação oral, deve ser formulado por escrito e conter o domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações.

b) São legitimadas como interessadas no processo administrativo as pessoas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos.

c) As decisões administrativas que exijam a participação de três ou mais setores, órgãos ou entidades poderão ser tomadas mediante decisão coordenada, sempre que for justificável pela relevância da matéria.

d) Quando o interessado declarar que fatos e dados estão registrados em documentos existentes na própria Administração responsável pelo processo ou em outro órgão administrativo, o órgão competente para a instrução proverá, de ofício, à obtenção dos documentos ou das respectivas cópias.

e) Salvo disposição legal específica, é de cinco dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

DIREITO CONSTITUCIONAL*João Trindade*

45. Numa gincana jurídica, os grupos Beta, Ômega e Épsilon deveriam formular afirmações sobre as origens históricas do Estado de Direito e sua evolução. O grupo Beta afirmou que “o surgimento do conceito de Estado de Direito está ligado à derrocada do Absolutismo”. Por outro lado, o grupo Ômega afirmou que “O Brasil vivencia um pleno Estado de Direito desde a promulgação da Constituição de 1824”. Por outro lado, o grupo Épsilon defendeu a afirmação segundo a qual “Estado de Direito é um conceito dinâmico, enfrentando várias releituras ao longo do tempo”.

Pode-se afirmar que:

- a) apenas o grupo Ômega está errado
- b) apenas o grupo Beta está errado
- c) todos os grupos estão errados
- d) apenas o grupo Épsilon está errado
- e) apenas os grupos Beta e Épsilon estão errados

46. Acerca dos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado
- b) ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei
- c) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido
- d) a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes

hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem

- e) às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período da primeira infância

47. Sobre os Tribunais de Contas, à luz da CF e da jurisprudência do STF, julgue os itens a seguir:

- I – Cabe ao Tribunal de Contas da União julgar as contas anualmente prestadas pelo Presidente da República.
- II – As competências constitucionais dos tribunais de contas estão previstas de forma exemplificativa na Constituição.
- III – As decisões das cortes de contas que imputem débito ou imponham multa têm força de título executivo.

Está(ão) correto(s) apenas:

- a) I e III
- b) II e III
- c) I e II
- d) II
- e) III

48. Considere que Wanderleydsson Júnior elegeu-se prefeito do Município Alfa, localizado no Estado Beta. Dado que ele também é servidor do Degase-RJ, pode-se dizer que ele:

- a) poderá acumular o cargo e o mandato eletivo
- b) deve afastar-se do Degase, podendo escolher entre a remuneração do cargo efetivo e o subsídio do mandato eletivo
- c) pode acumular o cargo e o mandato eletivo, mas não as respectivas remunerações
- d) deve afastar-se do cargo e receber o subsídio do mandato eletivo, necessariamente
- e) não poderia sequer ser candidato, por ser inelegível

49. O Município do Rio de Janeiro editou lei ordinária dispondo sobre o horário de funcionamento do comércio municipal. À luz da jurisprudência do STF, pode-se afirmar que essa lei é:

- a) inconstitucional, por invadir competência privativa da União para legislar sobre direito comercial
- b) constitucional, desde que a União tenha editado lei complementar delegando essa competência
- c) constitucional
- d) inconstitucional, uma vez que a matéria, embora seja de competência municipal, exige lei complementar
- e) inconstitucional, por invadir a competência residual dos Estados.

50. Considere que Sinforosa, filha de mãe brasileira que estava no Tadjiquistão a serviço da Petrobras com pai tadjique, deseja candidatar-se ao cargo de Vice-Presidente da República. À luz da CF, pode-se dizer que ela:

- a) pode candidatar-se, pois o cargo em questão não é privativo de brasileiro nato
- b) não pode candidatar-se, pois o cargo em questão é privativo de brasileiro nato
- c) pode candidatar-se, pois o cargo em questão é privativo de brasileiro nato, condição que ela ostenta
- d) só pode candidatar-se caso faça a opção pela nacionalidade brasileira, após a maioridade
- e) só poderia candidatar-se caso tivesse nascido em solo brasileiro

51. O Prefeito do Município de Seropédica-RJ, irresignado com a aprovação pela Câmara Municipal de uma lei que, no entendimento do alcaide, viola a Constituição Federal, consultou sua assessoria jurídica sobre a possibilidade de ajuizamento de ação de controle concentrado, de competência do STF, sendo então corretamente informado que:

- a) é cabível o ajuizamento de ação de controle concentrado, mas apenas na esfera do TJRJ
- b) é cabível o ajuizamento de ADPF perante o STF
- c) é cabível o ajuizamento de ADI no STF
- d) é cabível o ajuizamento de reclamação no STF
- e) é cabível o ajuizamento de ação ordinária no TJRJ

52. Durante situação de calamidade pública de âmbito nacional, um grupo de 25 Senadores apresentou uma Proposta de Emenda Constitucional, a fim de constitucionalizar a regra segundo a qual é crime hediondo realizar queimadas. Era previsto, ainda, que essa nova regra atingiria pessoas que tivessem cometido o crime nos dois anos anteriores à entrada em vigor da emenda constitucional. Aprovada em ambas as Casas do Congresso Nacional, por maioria absoluta, a emenda constitucional foi enfim sancionada pelo Presidente da República, promulgada e publicada.

À luz da Constituição, da doutrina e da jurisprudência, pode-se afirmar que a Emenda Constitucional assim aprovada apresenta vícios:

- a) em relação aos limites circunstanciais, formais e materiais
- b) em relação aos limites formais e materiais
- c) em relação apenas aos limites formais
- d) em relação aos limites circunstanciais e materiais
- e) apenas em relação aos limites circunstanciais

DIREITO PROCESSUAL PENAL*Priscila Silveira*

53. Sobre a aplicação da lei processual penal no tempo, no espaço e em relação às pessoas, conforme previsto no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) A lei processual penal nova não alcança fatos praticados antes de sua vigência.
- b) Os processos instaurados sob a lei processual penal anterior permanecem regidos por ela, ainda que sobrevenha nova legislação.
- c) A promulgação de uma nova lei processual penal exige a repetição dos atos processuais praticados sob a legislação anterior.
- d) Em regra, o princípio da nacionalidade é o que regula a aplicação da lei processual penal em âmbito internacional.
- e) O princípio da territorialidade é o que disciplina a aplicação da lei processual penal brasileira no espaço.

54. Carlos, membro do Ministério Público, apresentou denúncia contra Pedro, atribuindo-lhe a prática do crime de falsidade ideológica. Contudo, não houve prévia investigação em inquérito policial para apuração da autoria e materialidade do delito. Diante disso, assinale a alternativa correta a respeito do inquérito policial:

- a) Carlos não poderia ter oferecido denúncia sem a prévia instauração de inquérito policial.
- b) É admissível o oferecimento da denúncia com base em outras peças de informação encaminhadas ao Ministério Público, não sendo o inquérito policial indispensável.
- c) O inquérito policial é marcado pela característica da obrigatoriedade em todos os casos.
- d) A dispensa do inquérito policial ocorre apenas nas infrações penais de ação penal privada.
- e) A dispensa do inquérito policial ocorre apenas nas infrações penais de ação penal pública.

55. No âmbito do processo penal, o Código de Processo Penal estabelece situações de impedimento e de suspeição do magistrado. Assinale a alternativa que apresenta, nessa ordem, uma hipótese de impedimento e outra de suspeição:

- a) Quando o magistrado tiver atuado como testemunha no processo e quando tiver prestado aconselhamento a qualquer das partes.
- b) Quando o magistrado for credor de uma das partes e quando o sogro do juiz possuir interesse direto no processo.
- c) Quando o magistrado tiver aconselhado qualquer das partes e quando tiver exercido a função de curador de uma das partes.
- d) Quando o magistrado tiver atuado previamente como delegado de polícia no processo e quando seu cônjuge figurar como parte no feito.
- e) Quando o magistrado for inimigo declarado de qualquer das partes e quando já tiver julgado a mesma causa em outra instância, emitindo decisão de fato ou de direito.

56. No sistema jurídico brasileiro, a liberdade constitui a regra geral, sendo a prisão uma medida excepcional disciplinada pelo Código de Processo Penal. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta:

- a) É proibido o uso de algemas em mulheres gestantes durante procedimentos médico-hospitalares que antecedem o parto, durante o trabalho de parto e no período imediatamente posterior ao nascimento.
- b) Qualquer cidadão pode efetuar prisão em flagrante, sendo essa uma obrigação imposta aos agentes públicos quando presenciarem a prática delitiva.
- c) A ausência de testemunhas no momento da infração torna inviável a lavratura do auto de prisão em flagrante.
- d) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre deverão ser comunicados ao juiz, ao Ministério Público e à família ou pessoa indicada pelo preso no prazo de 24 horas.
- e) A prisão preventiva pode ser decretada como forma de antecipar a execução da pena ou automaticamente em razão da apresentação ou recebimento da denúncia.

57. Sobre as modalidades de ação penal previstas no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) Verificada a ausência de justa causa para o prosseguimento, o Ministério Público poderá desistir da ação penal já instaurada.
- b) Não há possibilidade de ação penal de iniciativa privada em hipóteses de crime previsto como de ação penal pública.
- c) Em certas circunstâncias, o exercício da ação penal pública dependerá de prévia requisição do Ministro da Justiça ou de representação da vítima ou de quem legalmente a represente.
- d) Nos delitos de ação penal privada, o ofendido pode optar por ajuizar a queixa apenas contra alguns dos autores já identificados do crime.

e) A decadência da ação penal condicionada à representação ocorre se a vítima ou seu representante legal não exercer o direito de representar no prazo de seis meses, contados da data do fato delituoso.

58. No que se refere ao procedimento comum ordinário previsto no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta:

- a) No procedimento comum ordinário, a prescrição constitui hipótese de absolvição sumária.
- b) Durante a fase de instrução, poderão ser ouvidas até 5 (cinco) testemunhas indicadas pela acusação e outras 5 (cinco) pela defesa.
- c) Caso a denúncia ou a queixa seja manifestamente inepta, deverá o juiz absolver sumariamente o acusado.
- d) Nas alegações finais, o magistrado poderá, em razão da complexidade da causa ou do número de réus, conceder às partes prazo de 10 (dez) dias, de forma sucessiva, para apresentação de memoriais.
- e) Tanto no procedimento ordinário quanto no sumário, oferecida a denúncia ou a queixa e não sendo ela rejeitada de plano, o juiz a receberá e determinará a citação do acusado para apresentar resposta escrita no prazo de 5 (cinco) dias.

59. Nos termos do art. 394-A do Código de Processo Penal, terão prioridade de tramitação os processos:

- a) destinados à apuração de crimes contra a vida, em primeiro grau de jurisdição.
- b) que investiguem delitos relacionados ao sistema financeiro nacional, em todas as instâncias.
- c) voltados à apuração de crimes hediondos, somente em primeira instância.
- d) que tratem da apuração de crimes hediondos, em todas as instâncias.
- e) submetidos ao Tribunal do Júri, em primeira instância.

60. Com base nas regras do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta a respeito da prisão preventiva:

- a) A prisão preventiva não pode ser decretada se o acusado for primário.
 - b) A prisão preventiva pode ser determinada por representação do delegado de polícia ou por requerimento do Ministério Público, mas não pelo assistente da acusação.
 - c) Diferentemente da prisão temporária, que se aplica durante o inquérito policial, a prisão preventiva é um instrumento da ação penal, não podendo ser decretada durante o inquérito ou de ofício pelo juiz.
 - d) O descumprimento de medidas cautelares diversas da prisão, previamente impostas pelo juiz, pode motivar a decretação da prisão preventiva.
 - e) A prisão preventiva não será admitida quando houver dúvida sobre a identidade civil do indivíduo, cabendo ao Estado localizar tais informações.
-

Discursiva

Nos contratos administrativos, a execução envolve equilíbrio entre direitos do particular e deveres da Administração. Quando surgem situações de inadimplência ou atraso, a aplicação de institutos jurídicos, como a exceção de contrato não cumprido (*exceptio non adimpleti contractus*), suscita debates sobre seus limites e compatibilidade com princípios como a continuidade dos serviços públicos, exigindo reflexão sobre hipóteses legais e efeitos práticos.

Considerando esse tema, disserte sobre a exceção de contrato não cumprido em contratos administrativos. No seu texto, aborde:

- a) Seu emprego nos contratos administrativos.
- b) Se aplicável em caso de culpa da Administração Pública.
- c) Como a *exceptio non adimpleti contractus* se relaciona com a continuidade dos serviços públicos.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
